

COMUNIDADES, JUVENTUDES E VULNERABILIDADES: ENFRENTAMENTOS POSSÍVEIS¹

Lara Brum de Calais*
Natália de Proença Goulart**

RESUMO:

O presente trabalho teve como objetivo mapear a realidade social dos/as adolescentes e jovens de uma comunidade específica de Juiz de Fora – MG, com o intuito de identificar quais são as vulnerabilidades sociais existentes na comunidade, gerando subsídios para pesquisas e/ou projetos futuros que busquem construir estratégias de enfrentamento e superação às vulnerabilidades sociais identificadas neste estudo. O trabalho foi fundamentado na metodologia de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, por meio de uma pesquisa de campo, sendo utilizados, como instrumentos de levantamento de informações, as entrevistas semiestruturadas e o diário de campo. Por meio da realização deste estudo, constatou-se que, na vivência dos/das adolescentes/jovens informantes, existem, entre as situações que constituem vulnerabilidade social e de saúde, o uso de álcool e outras drogas, baixa escolaridade, fragilização de vínculos familiares e um pequeno número de atividades ou ações que promovam o surgimento de estratégias de enfrentamento a tais vulnerabilidades sociais. Estão mais presentes e evidentes as questões relacionadas à escolaridade e o desconhecimento dos seus direitos como cidadãos. Dessa forma, torna-se necessária a implementação de ações articuladas com as instituições educacionais onde os moradores da comunidade estudam, que busquem desenvolver estratégias de enfrentamento e superação às vulnerabilidades sociais identificadas neste estudo.

Palavras-chave: Comunidades. Adolescências. Juventudes. Vulnerabilidades

1 INTRODUÇÃO

¹ Artigo recebido em 23/08/2016 e, após correções, aprovado em 27/10/2016. A pesquisa que resultou o presente artigo foi aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa registrada no parecer 1.535.844.

* Psicóloga, mestre e doutoranda pela UFJF. Docente do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. @:laracalais@hotmail.com

** Graduada em psicologia pelo CESJF @: nataliagoulart1@hotmail.com

A realidade social da comunidade estudada traz características que, de alguma forma, apresentam-se atualmente em grande parte dos contextos comunitários do Brasil, onde estão presentes situações que constituem vulnerabilidade social e de saúde, e um escasso número de ações voltadas para a superação e enfrentamento de tais vulnerabilidades. Tal cenário se torna ainda mais complexo quando se relaciona com o público jovem, tendo em vista a diversidade de aspectos sociais, políticos, culturais, territoriais, entre outros, que compõem a juventude.

Considerando a pluralidade das problemáticas que envolvem a adolescência e a juventude, as discussões apresentadas acerca desta temática, no presente estudo, foram fundamentadas pela perspectiva sócio-histórica, a qual percebe o/a adolescente/jovem como um ser social, que se constitui de acordo com as dinâmicas sociais, culturais e históricas do contexto no qual está inserido. Sendo assim, compreende-se a adolescência e a juventude como uma construção social com repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do sujeito, e não somente como uma fase natural do desenvolvimento (BOCK, 2007).

Perceber a adolescência e a juventude a partir dessa perspectiva teórica implica compreender a dinâmica sociocultural do contexto no qual esta categoria encontra-se inserida, visto que, segundo Figueirêdo (2008), a subjetividade e identidade dos mesmos serão construídas nesse local.

Em relação à realidade dos jovens que vivem nas periferias e que, de alguma forma, sofrem os efeitos do processo de marginalização social, assinalam-se algumas circunstâncias que constituem situações de vulnerabilidade, entre elas: a violência, o uso de álcool e outras drogas, o desemprego, a baixa escolaridade, a dificuldade de acesso aos serviços, entre outras. Segundo Abramovay et al. (2002), os adolescentes que se encontram em contextos de pobreza e exclusão social estão mais suscetíveis a situações de vulnerabilidade social, em virtude da fragilização dos vínculos familiar e social, da ausência de atividades de lazer, da dificuldade de acesso aos serviços (saúde, cultura, educação), da oferta de drogas e do tráfico como meio de sobrevivência, entre outros fatores. Tais situações podem afetar diretamente o bem-estar e a qualidade de vida dos sujeitos que compõem esses contextos.

Ademais, de acordo com Rocha (2006), há uma precariedade do acesso à infraestrutura e às condições de moradia das comunidades periféricas, o que coloca os moradores em situação de risco e, conseqüentemente, de vulnerabilidade social. Ainda segundo o mesmo autor, o fato de serem moradores de contextos comunitários – cenário corriqueiramente vinculado à criminalidade e violência, maximiza as chances de sofrerem algum tipo de preconceito e discriminação, além de dificultar o acesso aos seus direitos como cidadãos, podendo gerar um sentimento de inferioridade e/ou a internalizarem a sua cruel condição social, histórica e política como atributos negativos pessoais.

Em contrapartida, quando favorecemos o jovem a reconhecer os seus direitos, despertamos nele a sua posição como cidadão, o que pode levá-lo a atuar como protagonista e agente de transformações positivas da sua realidade social (ROCHA, 2006).

2 MÉTODO

O presente estudo baseou-se em uma metodologia de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, por meio de uma pesquisa de campo, sendo utilizados, como instrumentos de levantamento de informações, as entrevistas semiestruturadas e o diário de campo. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CES-JF, sob o protocolo número 1.535.844, e a partir disso, os dados foram coletados na comunidade de Jardim Casablanca, durante o período de 09 a 30 de maio do ano de 2016.

2.1 INSTRUMENTOS

Fundamentada pela metodologia qualitativa, adotou-se a entrevista e o diário de campo como instrumentos para análise dos conteúdos, objetivando compreender a pluralidade e a realidade do contexto estudado, considerando essencialmente os seus aspectos sociais, culturais e históricos.

Para tanto, foi elaborado um formulário com perguntas abertas e divididas em categorias temáticas, sendo estas: escolaridade, trabalho, lazer, experiência e planejamento de vida; não sendo necessário seguir de forma rígida a sequência das perguntas, além de serem incluídas outras questões que fossem pertinentes ao

longo da entrevista. A escolha pelas categorias temáticas partiu de uma análise acerca dos relatos dos jovens participantes do grupo de estágio realizado na comunidade estudada, anteriormente à presente pesquisa, que sugeriam situações que os colocassem em situação de vulnerabilidade social, como: a baixa escolaridade, o emprego informal, o uso de álcool e outras drogas, entre outras. As entrevistas foram realizadas por meio de visitas nos domicílios ou nos locais em que os jovens estavam no momento da abordagem, desde que estes desejassem participar e considerassem o local apropriado.

Como forma de complementar e/ou documentar alguma informação relevante acerca dos sujeitos entrevistados e/ou sobre o contexto estudado, assim como as intervenções e impressões que não tenham sido registradas durante a ida ao campo, foi utilizado o diário de campo como instrumento de investigação.

2.2 DESCRIÇÃO DA COMUNIDADE

O bairro Jardim Casablanca está localizado na região oeste da cidade de Juiz de Fora/MG, entre os bairros São Pedro e Nossa Senhora de Fátima, sendo subdividido em parte baixa e parte alta - onde a presente pesquisa foi realizada.

Segundo Albertoni (2014), o bairro Jardim Casablanca só começou a receber atenção do poder público em meados da década de 90, com a instalação do luxuoso condomínio fechado Granville Residence, o qual demarcou, com a construção de um muro fronteiro, o distanciamento da realidade social de dois espaços próximos em termos de distância física e, ao mesmo tempo, tão distantes em relação ao acesso da população residente em cada um deles aos seus direitos como cidadãos, evidenciando-se, dessa maneira, a discriminação social vivenciada pela comunidade menos favorecida. Tal interesse público ocorreu como forma de restringir a possibilidade de conflitos e maquiar a desigualdade social existente entre esses dois locais. Sendo assim, foram realizados investimentos em infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, como: abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, saneamento básico, entre outros. Ainda para o autor, tais investimentos não tinham a intenção de beneficiar a comunidade de menor nível socioeconômico.

Por meio da realização deste estudo, foi possível perceber que os investimentos ocorreram somente com o intuito de encobrir a realidade social da [REVISTA PSIQUE, Juiz de Fora, v. 2, n. 3, p. 63-77, jan./jun. 2017](#)

comunidade Jardim Casablanca, visto que, na parte alta do bairro, apesar de haver infraestrutura básica, o padrão urbanístico é bastante precário, predominando habitações populares e moradores com baixos índices socioeconômicos. Entre as atividades econômicas, estão os pequenos comércios e o setor de serviços informais, tais como servente de pedreiro, cabelereiro, entre outras atividades.

Além disso, a região não possui áreas verdes e o único local destinado ao lazer da população é um espaço de terra onde foi improvisado um campinho de futebol, o qual, segundo relato de moradores, também funciona como ponto de uso e venda de drogas. Na ausência de locais apropriados para atividades de lazer, as crianças e os/as adolescentes permanecem grande parte do tempo na rua. Existe apenas uma igreja na comunidade, mas encontra-se fechada.

Outro ponto detectado foi a ausência de equipamentos de rede localizados na comunidade que ofereçam serviços voltados para a saúde (por exemplo, Unidades Básicas de Saúde – UBS) e assistência social (por exemplo, Centro de Referência da Assistência Social – CRAS). Os moradores precisam se deslocar ao bairro São Pedro quando necessitam utilizar esses serviços, a cujo acesso a população idosa tem dificuldade, visto que não há circulação de ônibus na parte alta do bairro, sendo esta uma queixa da maioria dos moradores. Ademais, não existe escola no bairro; sendo assim, as crianças e os jovens da comunidade atualmente estudam em escolas localizadas nos bairros vizinhos.

Existem na comunidade duas instituições que realizam trabalhos sociais, a saber: uma das filiais da Associação Beneficente e Cultural Amigos do Noivo – ABAN e a Obra Social Santa Catarina.

2.3 PARTICIPANTES

A pesquisa contou com onze informantes adolescentes, com idade entre doze e dezoito anos, sendo sete do gênero feminino e quatro do gênero masculino, residentes da comunidade, que aceitaram participar do estudo mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, autorização e assinatura do termo pelos responsáveis, em caso de menores de idade. O encontro com os/as informantes foi realizado por meio da indicação de líderes comunitários.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A partir das informações obtidas por meio das entrevistas, destaca-se que a maioria dos/as adolescentes entrevistados/as respondeu às perguntas feitas de forma direta e objetiva, tendo as entrevistas duração média de 20 minutos cada. Apesar disso, foi possível identificar, por meio dos relatos dos/as adolescentes/jovens, situações que se constituem como vulnerabilidades sociais na realidade desses sujeitos, sendo este o objetivo central do presente estudo, gerando subsídios para pesquisas e/ou projetos futuros que busquem construir estratégias de enfrentamento e superação às vulnerabilidades sociais identificadas.

O conteúdo do material obtido será apresentado por meio de uma análise e discussão temática, sendo dividido nas seguintes categorias: escolaridade, trabalho, lazer, experiência e planejamento de vida; contemplando todas as questões que foram discutidas com os/as adolescentes entrevistados/as. Vale pontuar que as falas dos/as adolescentes que forem citadas serão identificadas por nomes fictícios, para que a identidade dos mesmos seja mantida em sigilo.

3.1 ESCOLARIDADE

A escolaridade se apresenta para todos os/as adolescentes entrevistados/as como uma das possibilidades de superação das dificuldades econômicas por que passam atualmente, associando os estudos com a oportunidade de conseguirem um trabalho futuramente, o que pode ser identificado pela seguinte fala: “A escola é muito importante para o meu futuro, pois não tem trabalho se não estudar” (Sabrina).

Contraditoriamente, na realidade vivenciada pelos/as entrevistados/as, encontram-se questões relacionadas à escolaridade que apontam a defasagem escolar, a interrupção dos estudos e — o mais alarmante — o desconhecimento acerca dos programas estudantis oferecidos pelo governo, o que se configuram como vulnerabilidades sociais. Constata-se que dez entre os onze informantes já repetiram a série ao menos uma vez, cinco deles interromperam os estudos e ainda permanecem no Ensino Fundamental, e somente dois deles disseram que conhecem algum programa estudantil oferecido pelo governo, citando o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Em relação aos programas estudantis, com intuito de torná-los cientes da existência e fomentar o interesse dos adolescentes/jovens em dar continuidade aos estudos — o que poderia operar como uma estratégia de superação e/ou

enfrentamento, durante a realização das entrevistas algumas informações foram transmitidas sobre o funcionamento do ENEM e alguns outros programas estudantis que existem na cidade de Juiz de Fora e são oferecidos gratuitamente pelo governo; o que despertou interesse em alguns deles e a associação desses com “a possibilidade de ter um trabalho e uma vida melhor”. A maioria disse que não possui acesso a tais informações na escola.

Sabe-se que o fato isolado de torná-los/as informados/as sobre os dispositivos educacionais que eles/as têm, como cidadãos, o direito de acessar, não se estabelece como elemento suficiente para assegurar o ingresso desses jovens aos projetos. Acredita-se que, para tanto, seja necessário haver uma reestruturação das escolas e das políticas públicas que sejam adequadas à dinâmica social, cultural e histórica dos alunos, em que tenham suas potencialidades reconhecidas e desenvolvidas, recebam informações sobre os seus direitos, em vez de serem somente punidos pelos maus comportamentos e dotados de estigmas e alheamento por parte das instituições.

De acordo com as concepções de Boneti e Rado (2009), uma política voltada para a educação pública deve ser implantada com a finalidade de assegurar aos educandos – que, em muitos casos, estão expostos a situações de risco que se constituem como vulnerabilidade social – o acesso ao ensino gratuito em instituições educacionais que transmitam e construam o conhecimento com os alunos de forma igualitária, comprometida e atenta à realidade social, cultural e histórica do contexto no qual estão inseridas, livres de posturas discriminativas e excludentes, para que os alunos se sintam reconhecidos e pertencentes ao espaço, maximizando as chances de permanência no âmbito educacional.

Contudo, por meio dos relatos dos adolescentes/jovens entrevistados, foram identificadas algumas situações que se opuseram à concepção apresentada acima. Entre elas, podem-se citar: “Este ano eu não estou estudando não... eu fui expulso da escola porque briguei lá” (Júlio); “O ponto positivo da escola é o professor e o negativo também... porque tem uns que ajuda a gente aprender e outros não” (Luana). Por meio desses relatos, nota-se que a instituição, ao expulsar os alunos, os impede de exercer os seus direitos como cidadãos/as, negando-lhes a permanência na instituição escolar, reforçando a exclusão social que esses

adolescentes/jovens, pertencentes do contexto comunitário, vivenciam cotidianamente.

Rezende (2003) pontua que se torna necessário que as instituições escolares rompam com o modelo vigente, o qual está centrado somente no desempenho discente, sem dar voz ao aluno e desconsiderando o contexto social no qual este está inserido, visto que diversos estudos apontam que a educação representa um elemento transformador da sociedade, assim como um agente fundamental “para a promoção da dignidade da pessoa humana, para a construção da cidadania e consolidação de um Estado Democrático de Direito” (WESTPHAL, 2009, p.3). Ou seja, possivelmente o sujeito, ao reconhecer os seus direitos e deveres diante da sociedade, terá condições de atuar como agente transformador, coletivo e consciente. Indo ao encontro de tal percepção, um dos adolescentes relatou: “Na escola a gente aprende a respeitar os outros, aprende a falar com os outros, aprende a lidar com o outro” (Gabriel); Sendo assim, pode-se dizer que o ato de expulsar os alunos e manter um relacionamento hierarquizado com eles (através de gritos), afasta-os da escola, além de potencializar a exclusão social, podendo maximizar as vulnerabilidades sociais a que esses jovens estão expostos.

Vale lembrar aqui que não podemos deixar de considerar a pouca valorização muitas vezes dada aos professores, a baixa remuneração e as precárias condições institucionais. Apontar tais fatos contribui no sentido de dar visibilidade às problemáticas que ocorrem cotidianamente no contexto da educação e de trabalhar para que políticas públicas mais eficazes sejam pensadas e implementadas, trazendo mudanças positivas tanto para os educandos, quanto para os profissionais – os quais também são afetados pela deficiência das políticas públicas.

3.2 TRABALHO

Com relação ao trabalho, apenas dois dos onze jovens entrevistados relataram que estavam trabalhando – Aline de 17 anos e Gabriel de 18 anos –, sendo empregos informais; os demais informaram que não trabalhavam ainda devido ao fato de serem menores de idade. Apesar de a maioria deles não estar trabalhando, todos colocam o trabalho como a alternativa para alcançarem “uma vida melhor”. A preocupação central demonstrada por eles é a de conseguir um emprego que lhes assegure uma renda fixa, possibilitando-lhes superar as

REVISTA PSIQUE, Juiz de Fora, v. 2, n. 3, p. 63-77, jan./jun. 2017

dificuldades financeiras vivenciadas atualmente e oferecer “uma vida confortável para a família”.

Abramovay et al. (2002) constatam por meio dos seus estudos que a inserção dos jovens no mercado de trabalho (informal) leva-os, em muitos casos, a interromper os estudos, gerando uma defasagem do conhecimento que, conseqüentemente, diminuirá as suas chances de alcançar um trabalho formal – devido à exigência cada vez maior de qualificação profissional do mercado de trabalho, o que tem representado na sociedade uma circunstância que coloca os jovens da classe econômica menos favorecida em situação de vulnerabilidade social. Além da exigência em relação à qualificação, os jovens se deparam, na maioria das vezes, com a incoerência do requisito de comprovação de experiência precedente para concorrer às vagas disponíveis no mercado de trabalho.

Diante disso, esses jovens, frequentemente, veem-se obrigados a ocupar vagas de emprego informal, sem ter a chance de exercerem a profissão que desejam e deixando de ter acesso aos seus direitos trabalhistas e enquanto cidadãos. Nos relatos de Aline e Gabriel, constata-se a vivência por eles da impossibilidade de exercerem a profissão que desejam: “Eu trabalho como servente de pedreiro... Não é muito bom e nem o que eu gostaria de trabalhar... eu gostaria mesmo de trabalhar como eletricista” (Gabriel); “Eu trabalho cuidando de uma idosa aqui no bairro... Ah, eu gosto mais ou menos do meu trabalho, pois não é o que eu gosto... Gostaria de trabalhar como organizadora de eventos ou com teatro” (Aline).

Perante os relatos dos jovens e segundo as concepções teóricas apresentadas, percebe-se que a dinâmica social e econômica vigente na sociedade brasileira gera diversos mecanismos de segregação que contribuem para maximização e produção das vulnerabilidades sociais (BONETI; RADO, 2009).

3.3 LAZER

Por meio dos relatos dos adolescentes/jovens entrevistados, observação e reconhecimento do campo, foi notória a escassez de atividades e espaços de lazer existentes na comunidade. O único local destinado ao entretenimento é um espaço de terra onde foi improvisado um campinho de futebol, sendo este utilizado também como ponto de uso e venda de drogas de acordo com relatos de moradores mais

antigos da comunidade; o que pode produzir contextos que colocam os adolescentes/jovens em situação de risco e vulnerabilidade social.

As poucas atividades culturais a que os moradores têm acesso são desenvolvidas pelas duas instituições do terceiro setor que estão localizadas na comunidade, sendo estas: aula de capoeira e flauta, show de talentos. As aulas de flauta e capoeira são oferecidas semanalmente, mas grande parte dos informantes relatou que não gosta de participar, por não ter interesse em aprender capoeira; o que demonstra que possivelmente estas não foram desenvolvidas baseadas na demanda da comunidade. Já durante o show de talentos, que ocorre uma/duas vezes ao ano, todos os moradores do bairro podem expor os seus talentos por meio de apresentações de dança, música, capoeira, entre outras, tendo a participação de muitos dos adolescentes/jovens entrevistados, o que pode estar relacionado com o fato de eles terem a oportunidade de mostrarem as suas potencialidades e serem reconhecidos pela comunidade.

Tal conjuntura se configura como uma situação de risco e vulnerabilidade social, dado que a ociosidade dos adolescentes/jovens pode abrir espaço para que se envolvam com a criminalidade (ZAMORA et al., 1995 apud SARRIERA; TATIM; COELHO; BÜCKER, 2007). Por outro lado, Pereira (2009) aponta que atividades voltadas para a arte, cultura e lazer contribuem para o processo de socialização e desenvolvimento do protagonismo dos adolescentes e jovens, em virtude da possibilidade de demonstrarem as suas habilidades, trocarem conhecimentos e vivências em comum com seus pares (outros adolescentes e jovens) e identificarem formas de realizarem transformações positivas na sua realidade.

3.4 EXPERIÊNCIA E PLANEJAMENTO DE VIDA

Em relação as suas experiências de vida e aos seus planos para o futuro, constata-se que alguns dos informantes perderam familiares que estavam envolvidos com o crime, o que representa o risco e a vulnerabilidade social presente no contexto em que estão inseridos. A maioria estabelece os estudos e o trabalho como os dispositivos propulsores de “um futuro melhor”, relatando: “A escola é importante para eu ter um futuro bom, pois não tem trabalho se não estudar” (Sabrina); “A escola é importante para ter um bom trabalho no futuro... conseguir ganhar bastante dinheiro” (Aline); “Eu quero fazer faculdade de medicina veterinária **REVISTA PSIQUE, Juiz de Fora, v. 2, n. 3, p. 63-77, jan./jun. 2017**

para mudar de vida, para isso preciso estudar bastante” (Luana). Além de associarem a escola como um fator de superação e “possibilidade de ter um futuro melhor”, os/as informantes estabelecem eventos vividos no âmbito escolar como o momento mais importante de suas vidas, o que pode ser percebido por meio dos seguintes relatos: “O dia mais importante da minha vida foi quando eu ganhei o certificado do curso de informática, pois mostra que eu aprendi e estudei” (Gabriel); “O momento mais importante da minha vida foi quando comecei a estudar e o momento mais difícil foi quando repeti de série” (Túlio).

Outro ponto que pode ser identificado através dos relatos supracitados se refere ao valor ofertado pelos jovens ao reconhecimento que receberam pelas suas potencialidades e dedicação ou não dispensada aos estudos. Sendo assim, possivelmente a identificação e o desenvolvimento das habilidades dos jovens por parte dos educadores podem agir como elementos transformadores e estratégicos na busca pela permanência destes no ambiente educacional, o que, conseqüentemente, poderá contribuir para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais, visto que “o conhecimento adquirido nas escolas é uma ferramenta que liga a realidade do ser humano a seu crescimento como cidadão” (WESTPHAL, 2009, p.3).

Em virtude da escola se apresentar para os adolescentes/jovens entrevistados como a ferramenta capaz de gerar subsídios que lhes possibilitarão construir “um futuro melhor”, torna-se fundamental que haja uma ativa atuação do governo na promoção de melhorias estruturais do sistema educacional, para que os profissionais tenham os recursos necessários para oferecer aos educandos um ensino de qualidade. Além disso, torna-se primordial que as concepções e práticas discriminativas no âmbito escolar sejam extintas, proporcionando ao aluno um espaço de conhecimento livre de preconceitos, onde ele se sinta respeitado e reconhecido.

Ademais, a grande maioria dos adolescentes/jovens entrevistados relatou que não faz uso de álcool e outras drogas, apesar da efetiva oferta e uso dessas substâncias. Considera-se que tal discurso pode ter sido influenciado por algumas variáveis, como a questão de os pais estarem presentes no momento das entrevistas com alguns deles ou mesmo o receio de responder sobre essas questões em um questionário. Contudo, considera-se a fala dos informantes. Sendo

REVISTA PSIQUE, Juiz de Fora, v. 2, n. 3, p. 63-77, jan./jun. 2017

assim, o desenvolvimento de ações voltadas para a prevenção ao uso de álcool e outras drogas com este público pode minimizar a possibilidade de esses jovens se tornarem usuários, além de atuarem como dispositivo de superação e enfrentamento às vulnerabilidades sociais. O desenvolvimento de tais ações deve estar fundamentado na demanda dos jovens da comunidade, para que as temáticas abordadas e as intervenções realizadas estejam contextualizadas com a realidade social, histórica e cultural desses atores sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que este estudo concebe elementos relevantes para futuras pesquisas e/ou projetos que busquem construir estratégias de enfrentamento e superação às vulnerabilidades sociais existentes na comunidade, promovendo, conseqüentemente, melhorias na qualidade de vida dos sujeitos que a compõem.

As ações desenvolvidas nesses contextos devem buscar viabilizar que os próprios membros da comunidade desenvolvam mecanismos de cooperação, não permanecendo dependentes da intervenção efetuada. Dessa forma, cabe aos profissionais atuantes nesse contexto auxiliarem e colaborar com a comunidade, buscando, com os usuários, estabelecer os objetivos prioritários, visando desde o início à participação destes, levando-os a se colocarem como protagonistas da sua história, pois são eles os sujeitos capazes de colocar em prática ações que possibilitem a melhoria de seu bem-estar psicossocial.

Durante a realização do presente estudo, evidenciou-se o fato de os/as jovens não reconhecerem o trabalho e os dispositivos educacionais como direito, o que torna emergente a criação de ações estratégicas que possibilitem o acesso dos/as jovens à informações acerca dos seus direitos como cidadãos, no sentido de promover o protagonismo e a cidadania desses atores sociais, que, ao possuírem os recursos necessários, são capazes de realizar as transformações que desejam em sua realidade e construir o futuro que planejam. As possíveis ações podem e devem ser planejadas e desenvolvidas articuladas com as instituições escolares nas quais os/as moradores da comunidade estudam, com o intuito de criar estratégias que promovam o fortalecimento do vínculo dos educandos com a escola, buscando minimizar as chances dos mesmos interromperem os estudos, em virtude da importância que a educação representa para os/as adolescentes/jovens

REVISTA PSIQUE, Juiz de Fora, v. 2, n. 3, p. 63-77, jan./jun. 2017

entrevistados/as, assim como para a superação e enfrentamento das vulnerabilidades sociais existentes na comunidade estudada.

Durante o levantamento bibliográfico acerca da atuação da Psicologia no contexto comunitário, foi possível perceber que os estudos realizados, em sua maioria, concentram-se na região Nordeste do Brasil, em especial no Ceará, sendo reduzido nas demais regiões do país. Dessa forma, constata-se a necessidade de a Psicologia se apropriar desse campo de atuação, quebrando com o modelo elitista pautado no exercício profissional clínico, buscando promover às classes menos favorecidas o acesso a recursos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos seus atores sociais. Para tanto, as instituições acadêmicas devem criar mais disciplinas que disseminem as discussões críticas sobre a construção histórica e social dos contextos comunitários, a realidade cruel e excludente vivenciada por essa população, com intuito de tornar os alunos conscientes da emergente necessidade de intervenções neste cenário.

Percebe-se ainda que o trabalho no contexto comunitário é bastante complexo, mas, ao mesmo tempo, encantador em suas especificidades. A comunidade possui um saber próprio, que não é necessariamente um saber científico, contudo não deixa de ser fonte de conhecimento, pelo contrário, dispõe de uma sabedoria grandiosa.

COMMUNITIES , YOUTHS AND VULNERABILITY : CONFRONTATIONS POSSIBLE

ABSTRACT

This research aimed to map the social reality of / adolescents and young people from a particular community of Juiz de Fora - MG, in order to identify what are the social vulnerabilities existing in the community, generating subsidies for research and / or future projects that seek to build coping strategies and overcoming social vulnerabilities identified in this study. The work was based on qualitative research methodology, exploratory, through field research, being used as information gathering instruments, semi-structured interviews and field diary. Through this study, it was found that the experience of / adolescents / informants young people are among the situations that constitute social and health vulnerability, the use of alcohol

REVISTA PSIQUE, Juiz de Fora, v. 2, n. 3, p. 63-77, jan./jun. 2017

and other drugs, low education, weakening family ties and a small number of activities or actions that promote the emergence of coping strategies such social vulnerabilities. Being the issues related to education and of their rights as citizens and more obvious gifts. Thus, it is necessary to implement coordinated actions with the educational institutions where community residents study, which seek to develop coping strategies and overcoming social vulnerabilities identified in this study.

Keywords: Communities. Adolescences. Youths. Vulnerabilities.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY; M. et. al. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: desafios para Políticas Públicas**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>> Acesso em: 06 jun. 2016
- ALBERTONI, F. P; A ação dos sujeitos sociais na urbanização da região de São Pedro em Juiz de Fora/MG. Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2014/01/fulvio.pdf>> Acesso em: 06 jun. 2016
- BOCK, A.M.B. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicol. Esc. Educ.** Campinas, v. 11, n. 1, p. 63-76, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v11n1/v11n1a07>> Acesso em: 06 jun. 2016
- BONETI, L. W.; RADO, S.C. A juventude em condições de vulnerabilidade social e as políticas de acesso à educação. **Anais III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**, Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3032_1578.pdf> Acesso em: 03 jun. 2016.
- FIGUEIRÊDO; E. B. G. Diálogo entre modo de vida comunitário dos adolescentes em regime de liberdade assistida e a proposta de inserção comunitária do ECA. 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1535/1/2008_dis_EBGFigueiredo.PDF> Acesso em: 06 jun. 2016
- PEREIRA, S. E. F. N. Redes sociais de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social e sua relação com os riscos de envolvimento com o tráfico de drogas. 2009. 337 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2009. Disponível em: <http://abramd.org/wp-content/uploads/2014/06/2009_Tese_Redessociais_de_adolescentes_em_contexto_s_de_vulnerabilidade.pdf> Acesso em: 06 jun. 2016

REZENDE, N. L. A escola e a exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 29-45, jul.2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/n119/n119a02.pdf>> Acesso em: 06 jun. 2016

ROCHA, M.C. Juventude: apostando no presente. **Imaginário**, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 205-223, jun. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000100011&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 03 jun. 2016.

SARRIERA, J. C., TATIM, D. C., COELHO, R. P. S; BÜCKER, J. Uso do tempo livre por adolescentes de classe popular. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 361-367, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722007000300003> Acesso em: 06 jun. 2016

WESTPHAL, F. P. S. Direitos Humanos na educação, um pilar para o exercício da cidadania e a concretização da dignidade da pessoa humana. **Revista Direitos fundamentais e democracia**, Curitiba, v. 5, p.1-10, 2009. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/textos/westphal_dh_educacao_cidadania_dignidade.pdf> Acesso em: 06 jun. 2016